



ACADEMIA DE POLÍCIA INTEGRADA CORONEL SANTIAGO
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIRO MILITAR

LÚCIA HELENA DE LIMA FRAZÃO

**SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA NAS ATIVIDADES DE TURISMO
DE AVENTURA: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE NORMA
TÉCNICA ESPECÍFICA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA**

Boa Vista – RR

2015

LÚCIA HELENA DE LIMA FRAZÃO

SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA NAS ATIVIDADES DE TURISMO DE AVENTURA: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE NORMA TÉCNICA ESPECÍFICA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima realizado na Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago.

Orientador: Coronel QOCBM Francisco Cleudiomar Alves Ferreira.

BOA VISTA – RR

2015

LÚCIA HELENA DE LIMA FRAZÃO

SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA NAS ATIVIDADES DE TURISMO DE AVENTURA: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE NORMA TÉCNICA ESPECÍFICA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima realizado na Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago. Defendida em ____ de novembro de 2015 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Cel QOCBM Francisco Cleudiomar Alves Ferreira - Orientador
Corpo de Bombeiros Militar de Roraima

Prof(a) Msc Gisele Guimarães de Oliveira – Examinadora
Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago

Examinador Convidado

Aos que confiaram em minha capacidade
e me fortaleceram sempre que precisei.
Sobretudo, a Deus, alicerce de nossas
vidas.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial que alicerçou esta longa jornada, iluminando-me sempre.

Ao pai terreno devotado e confiante de minha conquista.

Ao esposo amado, luz que guia meus passos e fortaleza que me acalma.

À filha compreensível que caminhou corajosa e tolerantemente ao meu lado.

Ao Orientador pela dedicação e condução dos trabalhos.

Aos que torceram por esta conquista e estiveram sempre junto em palavras, fé e coração.

“Alguns homens veem as coisas como são, e dizem ‘Por quê?’. Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo: por que não?”

George Bernard Shaw

RESUMO

O turismo é, contemporaneamente, umas das atividades em maior expansão no mundo, expansão, essa, largamente sentida no Brasil. Um dos segmentos que mais atraiu, e permanece atraindo, turistas e adeptos nos últimos anos, no Brasil, foi o Turismo de Aventura, atraídos, principalmente, pelo misticismo, exotismo e exuberância dos ambientes naturais. Roraima é considerado um rincão amazônico, e por esta característica, bem como pelos investimentos e divulgações já feitos, passou a atrair turistas em busca de estreitamento com aventuras e com a natureza. Concomitantemente a isso, a preocupação com a segurança na prática de atividades turísticas também já é forte tendência nacional, fazendo com que os locais que oferecem os serviços de turismo, mais especificamente os de Aventura, já tenham passado a adaptar-se à prática segura de suas atividades. Nesse sentido, tornou-se preponderante que Roraima também trilhe nesse mesmo rumo de promoção de práticas seguras de atividades de Turismo de Aventura. Desta feita, elaborou-se essa pesquisa, demarcando a análise da importância da elaboração de Norma Técnica específica para o segmento, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Roraima. Os resultados de tal análise apontam, primordialmente, aspectos favoráveis à elaboração da Norma Técnica, uma vez que somar segurança às atividades de Turismo de Aventura, por meio da prevenção e monitoramento, que é a proposta da Norma Técnica, agregaria valor não apenas ao desenvolvimento de tais atividades, mas também ao estado e aos prestadores de serviços do segmento.

Palavras-chave: Turismo. Prática. Segurança

RESUMEN

El turismo es, contemporáneamente, una de las actividades de mayor expansión en el mundo, expansión, esa, grandemente percibida en Brasil. Uno de los segmentos que más atrajo, y sigue atrayendo, turistas y adeptos en los últimos años, en Brasil, fue el Turismo de Aventura, atraídos, principalmente, por el misticismo, exotismo y exuberancia de los ambientes naturales. Roraima es considerada un rincón amazónico, y por esta característica, también por los investimentos y divulgaciones ya hechos, pasó a traer turistas en búsqueda de estrechamiento con aventuras y con la naturaleza. Concomitantemente a esto, la preocupación con la seguridad en las prácticas de actividades turísticas también ya es fuerte tendencia nacional, haciendo con que los locales que ofrecen los servicios de turismo, más específicamente los de Aventura, ya tengan pasado a adaptarse a las prácticas seguras de sus actividades. En este sentido, se mostró preponderante que Roraima también camine en este rumbo de promoción de prácticas seguras de actividades de Turismo de Aventura. Así, se elaboró esta pesquisa, demarcándose el análisis de la importancia de la elaboración de Norma Técnica específica para el segmento, por la Corporación Bombero Militar de Roraima. Los resultados de tal análisis apuntan, primordialmente, aspectos favorables a la elaboración de la Norma Técnica, una vez que sumar seguridad a las actividades de Turismo de Aventura, a través de prevención y mantenimiento, que es la propuesta de la Norma Técnica, sumaria valor no solamente al desarrollo de tales actividades, pero también al estado y los prestadores de servicios del segmento.

Palabras-clave: Turismo. Práctica. Seguridad

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TURISMO DE AVENTURA E ECOTURISMO.....	11
1.1.1 Turismo de Aventura no Brasil	15
1.1.2 Potenciais do Turismo de Aventura no Estado de Roraima	17
1.2 COMPORTAMENTO PREVENCIÓNISTA E TURISMO.....	20
1.3 ASPECTOS LEGAIS.....	24
1.3.1 Associação Brasileira de Normas Técnicas	24
1.3.2 Competência Legal do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima	26
1.3.3 ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos	28
2 OBJETIVOS	33
2.1 GERAL.....	33
2.2 ESPECÍFICOS.....	33
3 MATERIAL E MÉTODO	34
3.1 A PESQUISA.....	34
3.1.1 Gênero da Pesquisa	35
3.1.2 Natureza da Pesquisa	35
3.1.3 Objetivos da Pesquisa	35
3.1.4 Procedimentos e Objeto da Pesquisa	35
3.2 MÉTODO.....	35
3.2.1 Método de Abordagem	36
3.2.2 Método de Procedimento	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
5 CONCLUSÕES	41
6 REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade em constante expansão mundial. Entre seus vários setores, o Ecoturismo e Turismo de Aventura ganha exponencial notoriedade influenciando significativamente nas receitas das regiões de seu desenvolvimento.

Concernente a isso, o Brasil segue tal tendência de expansão turística mostrando-se um país de atrativos diversos que atendem a uma diversidade de gostos e bolsos. Ainda mais significativo, é o setor de Ecoturismo e Turismo de Aventura no país, que vem consolidando-se no ramo com potenciais atrativos naturais e ecológicos que ganharam destaque nos cenários nacional e internacional.

A região norte do país é uma região envolta em uma esfera todavia mística e de grande influência da natureza, tornando-se a menina dos olhos do Ecoturismo e Turismo de Aventura no Brasil. Por ser uma região ainda ligeiramente conservada da ação humana e das consequências da explosão demográfica, ainda guarda mistérios e recantos que atraem o público adepto do turismo mais estreito às práticas relacionadas com a natureza, seja para aventurar-se em alguma atividade ou apenas contemplar belas paisagens preservadas.

Trilhando as mesmas tendências internacionais, o Brasil busca normalizar a exploração de atividades de tal segmento turístico, de forma a incentivar a preocupação por práticas e comportamentos mais seguros voltados às atividades do Turismo de Aventura e Ecoturismo que visam prevenir e mitigar a ocorrência de acidentes relacionados à prática desse tipo de turismo, zelando pelo bem-estar, integridade, saúde e segurança dos praticantes de atividades relacionadas com a natureza.

Dessa forma, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a importância da elaboração de Norma Técnica, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, que demarque os requisitos necessários para a construção de Sistemas de Gestão da Segurança na prática de atividades de Turismo de Aventura que possa ser aplicada à realidade do estado.

Destarte a isso, o desenvolvimento deste trabalho pautou-se, ao longo do primeiro capítulo, na explanação teórica pertinente, que se iniciou com a apresentação genérica dos termos Turismo de Aventura e Ecoturismo, demarcando suas origens, similitudes, conceituações e demandas, estendendo-se aos números e demandas registrados no Brasil, pontuando, também os potenciais do segmento do Turismo de Aventura no estado de Roraima, abrindo um leque preventivista, trabalhando a relação entre segurança e turismo, possibilitando a apresentação de marcos legais concernentes à prática segura de tais atividades

e, culminando com a explanação de Norma Técnica específica sobre Sistema de Gestão da Segurança o Turismo de Aventura.

O segundo capítulo destinou-se a pontuar os objetivos, geral e específicos, propostos para a realização deste trabalho.

O terceiro capítulo apresenta toda a metodologia trabalhada que subsidiou a realização deste.

O quarto capítulo dedicou-se a demarcar os resultados e discussões, obtido e proporcionados, ao longo da pesquisa.

O quinto capítulo aborda as conclusões e considerações finais, tópico reservado às apreciações particulares da autora, subsidiada por toda a pesquisa elaborada.

Por fim, foram referenciadas todas as bibliografias utilizadas como arcabouço teórico para elaboração deste trabalho.

1.1 TURISMO DE AVENTURA E ECOTURISMO

No que remonta ao surgimento das atividades turísticas, de acordo com Pietrochinski; Silva (2008), as primeiras notícias datam do século XVII com o crescente número de visitantes aos grandes centros europeus. Já no século XVIII, aristocratas europeus viajavam por grandes centros culturais a fim de ampliar seus horizontes e conhecer diferentes culturas e comportamentos. A esses aristocratas, posteriormente, nominou-se “turistas”.

Com o advento das grandes revoluções, a exemplo da Francesa, e da Segunda Guerra Mundial, essa movimentação de pessoas aos grandes centros diminuiu significativamente, ressurgindo vigorosamente em meados da década de 40 (quarenta), de acordo com Pietrochinski; Silva (2008, p. 18), possibilitado pelos “avanços dos meios de transporte e da malha viária”, deixados como melhorias possibilitadas pela Guerra.

Ainda nos tempos atuais, é consenso entre os estudiosos e pesquisadores do ramo, que a busca por definições únicas e enrijecidas é algo não atingível, ou mesmo, não praticável, haja vista a diversidade de contextos e proposituras às quais a atividade turística pode apresentar, conforme se evidencia na seguinte citação:

Ainda não foi possível encontrar um conceito que descreva a atividade turística completamente. Talvez isto se deva ao fato de que o turismo é um campo de estudo recente ou ainda pelo fato da atividade turística ser realmente muito ampla e englobar diversos aspectos, tornando-se uma área que permite abordagens interdisciplinares e multidisciplinares. (PIETROCHINSKI; SILVA, 2008, p. 14).

Conseqüentemente, tanta diversidade de entendimentos e formas de trabalhar o assunto leva cada vez mais pesquisadores e estudiosos a explorarem esse ramo da ciência contemporânea. E, quanto maior o número de pesquisadores acerca do tema, maiores serão as aceções e conceituações apresentadas.

Contudo, como forma de delimitar a margem de estudo, o turismo pode ser, academicamente, segundo Acerenza (2002, *apud* Fernandes, 2015) definido como a fuga que a pessoa faz de seu local comum, para local distinto, sob qualquer motivação sem que exerça vínculo empregatício e por tempo inferior a um ano. E, sob esse prisma, o turismo desenvolve-se sob variados aspectos, seja cultural, religioso, acadêmico, apenas para citar alguns exemplos e, em distintos segmentos, caracterizados pelas motivações que levam um indivíduo em busca de tais atividades, e aqui citamos, como exemplificação e também foco do estudo, o Turismo de Aventura.

Brasil (2010) aponta que já existam profundas distinções entre os termos Ecoturismo e Turismo de Aventura, pontuando que este era entendido como uma atividade daquele, e que contemporaneamente já se pode diferenciar a ambos. A saber:

O conceito de Turismo de Aventura fundamenta-se em aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista, pressupondo o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre os turistas e com o ambiente. Nesse contexto, define-se que: Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. (BRASIL, 2010, p. 14)

No entanto, essa é uma aceção ainda pouco trabalhada no campo técnico entre os estudiosos, sendo ainda, amplamente divulgados os entendimentos que Turismo de Aventura e Ecoturismo propiciam atividades simbióticas e que, por isso tendem a caminhar juntos, por assimilação de seus entendimentos práticos. Ora, observemos o entendimento de Brasil (2005, p. 09) acerca do turismo de aventura:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural.

Ainda nas palavras de Brasil (2005, p. 11) há a explícita relação entre os termos Turismo de Aventura e Ecoturismo:

(...) A atividade é caracterizada por:

- Estar na maioria das vezes associada ao turismo na natureza, praticada em ambientes naturais preservados (unidades de conservação e seu entorno) ou relativamente bem preservados, forte interseção com o ecoturismo, sendo confundido como tal.

Embora não seja possível precisar a origem das atividades de turismo de aventura, Fennel (2002, *apud* , Pietrochinski; Silva 2008) remonta, em seus estudos acerca do tema, às décadas de 50 (cinquenta) e 70 (setenta), na realidade norte americana de exploração da história natural do país, bem como da exploração aventureira da rodovia Trans-Canadá, que já atraía adeptos em busca de experiências ímpares de simbiose com a natureza. E, acrescenta-se Arantes **et al** (2013):

Os primeiros visitantes considerados como ecoturistas foram os que, há pouco mais de um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite, vindo em seguida os visitantes pioneiros do Serengeti, os aventureiros caminhantes do Himalaia e, mais recentemente, os milhares de ecoturistas que fotografam pinguins na Antártida.

Desta feita, citando alguns dados históricos é possível aferir que o turismo e suas vertentes caracterizam um ramo da ciência ainda muito recente. Concomitantemente a isso, atrai pesquisadores ao redor do mundo devido, principalmente a sua evolução exponencial e aguda, assim exigindo, estudos que possam subsidiar seus acontecimentos, efeitos, planejamento e evolução.

De acordo com Arantes **et al** (2013), a apreciação acadêmica do termo *Ecoturismo* surgiu já no final da década de 1970 (mil novecentos e setenta) com a divulgação de vídeos e documentários que tinham o intuito de massificar a consciência e o próprio turismo ecológicos. E, ainda que o fenômeno tenha advindo vigorosa e agudamente posteriormente a isso, o autor classifica suas raízes como evolutivas da natureza e do turismo ao ar livre.

Portanto, ainda que, a exemplo do que ocorre com o *fenômeno turismo*, seja descabido enrijecer conceitos acerca do Ecoturismo e Turismo de Aventura, é nesse contexto de motivações que o segmento é considerado, por Pietrochinski; Silva (2008), como a fuga em busca do “espaço verde”, do ar puro e da conscientização ambiental. Em termos mais acadêmicos, como o “turismo realizado em meio natural” Pietrochinski; Silva (2008, p. 14).

Como uma definição ainda mais dirigida e pontual, podemos destacar a aceção trabalhada por Fernandes; Senhoras (2010, p. 701) que preceitua:

O ecoturismo é um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Citando a concepção de Farias (2012) acerca do conceito de Turismo de Aventura, ratificamos as aceções no mesmo sentido, conforme:

O turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos à sua territorialidade.

Sob tal prisma, evidencia-se, portanto, nas palavras dos autores acima mencionados, que as atividades de Turismo de Aventura/Ecoturismo são atividades estreitamente relacionadas à interação do indivíduo com a natureza e com as culturas inerentes a cada ambiente e, que dessa interação, devem ser geradas consequências positivas a todos os envolvidos. São essas consequências positivas, principalmente, que atraem tanto os ecoturistas quanto os prestadores desse serviço.

Enfatizando-se, ainda, que de acordo com Campos (2005 *apud* Arantes **et al** 2013) o Ecoturismo é um ramo todavia ainda mais recente e bem distinguível dos demais ramos com características marcantes e singulares como a conservação e a educação ambiental e, dessas características genuínas derivam também as preocupações e responsabilidades que devem ser assumidas pelos envolvidos no processo. Conforme se evidencia na seguinte citação:

Nesse sentido, o ecoturismo está pautado em cumprir papéis importantes, como a questão da educação ambiental e a integração das comunidades locais no planejamento e gestão da atividade, além do comprometimento do uso racional dos recursos disponíveis.

O turismo responsável é embasado nos seguintes moldes:

- Mínimo impacto ambiental;
- Mínimo impacto sobre – e o máximo respeito pelas comunidades locais;
- Máximo benefício econômico para os países anfitriões; e
- Máxima satisfação recreacional para os turistas. (ARANTES **et al**, 2013, p. 86).

No que se refere ao potencial de exploração das atividades de turismo de Aventura, é aceitável que exista grande variedade, devido às distintas ofertas que se diversificam a depender de cada região de desenvolvimento. Contudo, as mais comuns contemporaneamente, de acordo com Brasil (2005, p. 11) são:

caminhada, montanhismo, escalada, canionismo, espeleoturismo, arvorismo, técnicas verticais (rapel, tirolesa, parque de cordas), expedições fora da estrada, rafting, canoagem, acqua ride (boia cross), cicloturismo, voo livre (asa-delta e paragliding), mergulho (livre e autônomo), cavalgada, kitesurf e widsurf.

Dados contemporâneos apontam, de acordo com Fernandes; Senhoras (2010), que o número de turistas ao redor do mundo mais que dobrou entre os anos de 1990 a 2008, passando de 436 milhões de pessoas naquele ano para 922 milhões neste último citado, destacando o Turismo de Aventura/Ecoturismo como o segmento que apresentou o maior crescimento proporcional, em torno de 15% a 25% por ano, demarcando uma estimativa que, aproximadamente, 10% de toda a demanda turística mundial seja voltada ao segmento.

Assim, diante do exposto acima, fica evidenciado que a prática do turismo como um todo, sobretudo do ecoturismo e turismo de aventura são atividades em exponencial crescimento, desenvolvimento e expansão, bem como passa a ser um diversificado ramo de estudo contemporâneo que comporta análises em diferentes campos técnicos.

Como forma de focar os trabalhos aqui propostos, feitas as conceituações concernentes, a partir do próximo tópico será adotada apenas a denominação Turismo de Aventura em prosseguimento aos debates propostos.

Atualmente, a preocupação com melhorias e o desenvolvimento aceitável das atividades de ecoturismo e turismo de aventura são fatores de extremada relevância, que agrega valor cada dia mais e repercute em distintos campos técnicos.

1.1.1 Turismo de Aventura no Brasil

Em que pese ser o segmento do turismo de aventura um ramo relativamente recente, datado seus trabalhos e aparição na década de 1990, já é consenso conforme muito bem pontuado por Arantes **et al** (2013), que o Brasil tem grande potencial turístico em muitos segmentos, contudo, um segmento que ganha destaque é o Turismo de Aventura, apreciado em consequência da natureza ímpar e do exotismo nacional:

O Brasil, conhecido mundialmente por suas belezas naturais e “exotismo”, atrai demanda interna e externa, em especial para áreas de difícil acesso, a exemplo: a região central do País, as áreas do sertão, e regiões pouco habitadas como Pantanal e Amazônia. (ARANTES et al, 2013, p. 89)

Essa tendência de elevação do número e nas porcentagens de turistas também é sentida no Brasil, pois, em consonância com Mackert (2013) o setor de turismo cresceu 32,4% (trinta e dois vírgula quatro por cento) entre os anos de 2003 a 2009, e já representa 3,7% (três vírgula sete por cento) do Produto Interno Bruto do país.

Ainda sob a perspectiva de Mackert (2013) um importante fator que representa o potencial turístico do Brasil e o desejo de investimentos nesse setor por parte de grandes empresas, foram as realizações de grandes eventos no país, como por exemplo, a Jornada Mundial da Juventude, realizada em 2013 e a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, bem como a futura realização das Olimpíadas em 2016.

No tocante as várias vertentes do turismo, a que mais se destaca atualmente, seja pelo número crescente de adeptos ou pelos altos valores de investimento, são sem dúvida, o Turismo de Aventura. O que se explica, nas palavras de Forni; Bueno (2013), devido ao fato de que as atividades proporcionadas pelo Turismo de Aventura possibilitam à pessoa uma sensação de ‘relação ideal entre a exploração dos espaços naturais e auto satisfação humana’.

Em nível de ilustração de tal destaque, podemos citar os números de Forni; Bueno (2013) que apontam dados recentes da Organização Mundial e Turismo, a OMT, do ano de 2011, nos quais cerca de 10% (dez por cento) dos turistas ao redor do mundo buscam atividades e entretenimento de interação com o meio ambiente e a natureza, o que indica um crescimento entre 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) ao ano e um faturamento anual de aproximadamente US\$ 260 bilhões, dos quais, US\$ 70 milhões giram no Brasil.

Segundo Kaneshiro; Koga; Pisciotta (2013), no que tange à procura de turistas por atividades relacionadas ao Turismo de Aventura, houve uma crescente no número de desembarques mundiais na casa dos 23% (vinte e três por cento) desde 2002, e a tendência é que essa porcentagem dobre até 2020.

No Brasil, os números com o Turismo de Aventura também são crescentes, conforme apontam dados de Fernandes; Senhoras (2010) que indicam que o setor atende 5,4 milhões de turista anualmente, o que representa um aumento no faturamento anual do setor na casa dos

21% (vinte e um por cento), e posiciona o Turismo de Aventura no segundo lugar no ranking das motivações de viagens no país.

Dado a isso, Fernandes; Senhoras (2010) apontam que já existem em torno de 2067 (duas mil e sessenta e sete) empresas brasileiras especializadas no segmento, credenciadas junto ao Ministério do Turismo Nacional e parceiros, para prestação de serviços de turismo de aventura e ecoturismo em todo o país, o que significa uma geração de emprego em torno de dezoito mil vagas, em altas temporadas.

Evidencia-se, portanto, que o segmento do turismo de atividades relacionadas à natureza e aventura é no Brasil uma realidade crescente, de números significativos e constante expansão. Devendo, assim, ser objeto de estudos e planejamento de distintos setores técnicos do conhecimento.

1.1.2 Potencias do Turismo de Aventura no Estado de Roraima

Para contextualizar a realidade do Turismo de Aventura do estado de Roraima é preciso, sobretudo, falar da Amazônia. E é nesse contexto que Arantes **et al** (2013) informa que passam pela Amazônia cerca de 50 (cinquenta) mil visitantes por ano, em busca de atividades relacionadas à natureza, o que demarca uma realidade de números expressivos.

Dessa forma, Roraima, uma das 27 (vinte e sete) Unidades Federativas do Brasil, caracteriza-se na geografia nacional como o estado mais setentrional do país, possuindo a única capital de uma Unidade Federativa Brasileira situada completamente no hemisfério norte do globo terrestre.

Soma-se a essas características geográficas, o fato do estado fazer fronteira com outros dois países Sul-Americanos, a República Bolivariana da Venezuela e a República da Guiana, formando o que é conhecido como *tríplice fronteira internacional*. Assim, ficam caracterizadas as fronteiras do estado ao norte e noroeste com a Venezuela, a leste com a Guiana, a sudeste com o Estado do Pará e ao sul e oeste com o Estado do Amazonas.

As altitudes mais elevadas do estado são situadas, justamente, nas proximidades da tríplice fronteira internacional, local onde se encontra um dos pontos mais elevados do estado, o Monte Roraima, com os seus 2.875 (dois mil oitocentos e setenta e cinco) metros de altitude, constituindo um dos atrativos de Turismo de Aventura mais conhecido do estado e visitado ao longo de todo ano. Em escala mundial, a divulgação do citado atrativo turístico é algo que remonta ao início do século XX, mais precisamente ao ano de 1912, com a

publicação da obra literária do romancista escocês Arthur Conan Doyle, intitulada *O mundo perdido*, considerada por muitos como uma evidente alusão aos contornos e realidade do Monte Roraima, uma vez que o citado romancista buscou, de fato, inspiração na natureza única da tríplice fronteira internacional, demarcando em sua obra todo o exotismo, exuberância e misticismo da região. Mais contemporaneamente, também se podem mencionar obras idealizadas para o cinema, como o longa-metragem em animação *Up – Altas Aventuras*, do ano de 2009, que também é considerado uma alusão ao “mundo perdido” do Monte Roraima e, em âmbito nacional, citamos produções televisivas, como a telenovela *Império* que contou com o citado Monte como pano de fundo de sua trama, divulgando ainda mais o atrativo turístico e encorpando a procura por sua exploração que se faz através de uma subida de pouco mais de 2800 (dois mil e oitocentos) metros de altitude em meio a trilhas e pernoites ao ar livre.

No tangente à formação de flora e biomas, existem no estado características de floresta amazônica, preponderantes nas regiões ocidental e meridional do estado, bem como também há a presença de campinas e cerrados, regionalmente conhecidos como *lavrado*, na região centro-oriental. Essa ambientação é rica em lagos, nascentes e igarapés, o que proporciona a realização de atividades como acampamentos, esportes o ar livre, trilhas *off road* para caminhada, bicicletas, motocicletas e carros, bem como a prática de rally e desafios 4x4.

No referente aos rios que banham o estado, vale ressaltar que sua bacia hidrográfica pertence à bacia amazônica, e seus principais rios são o Branco, ao qual a capital desenvolveu-se a sua margem direita, o Uraricoera, o Catrimani, o Mucajaí, o Tacutu e o Anauá. São rios caudalosos e extensos que propiciam a prática de atividades de Turismo de Aventura como remo, caiaque, *stand up paddle*, *kitesurf*, entre outras modalidades.

Atrelado aos roteiros turísticos do estado, e agregando alternativas para o segmento, encontra-se a rota da BR 174, que se inicia em Manaus, capital do estado brasileiro vizinho, Amazonas, e percorre toda a sua extensão de pouco mais de 900 (novecentos) quilômetros, passando pelo estado de Roraima, até alcançar a fronteira com o país vizinho, a Venezuela, caracterizando uma das rotas mais acessíveis ao Caribe. Ao longo do trajeto da BR, ainda no município roraimense de Rorainópolis, às margens da BR, fica o monumento alusivo à passagem simbólica da Linha do Equador, local bastante místico, pois, é encarado como “passar de um hemisfério a outro do planeta em apenas um passo”.

Desta feita, por apresentar distintos tipos de vegetação e relevo e, diversificado leque cultural e étnico, Roraima ascende no cenário turístico nacional sobre os pilares Turismo de Aventura, oferecendo variados destinos, atividades e paisagens:

(...) é conhecido pela biodiversidade de sua flora e fauna. As cachoeiras, corredeiras, serras, zonas de mata e savanas recortadas por rios de águas transparentes denotam o potencial do estado, sendo, portanto, uma boa alternativa para os amantes da natureza. (ARANTES *et al*, 2013, p. 89).

É nesse contexto, de possibilidades de exploração de atividades de Turismo de Aventura que Roraima desponta em seu potencial. Aos redores da capital, por se banhada por rios, principalmente o rio Branco, em determinadas épocas do ano formam-se praias no próprio perímetro urbano, atraindo frequentadores e banhistas locais e turistas, em busca não apenas do bem-estar dos banhos em praias fluviais, mas também da prática de atividades como camping, esportes aquáticos, como remo, caiaque, *kitesurf*, trilhas a pé ou sobre rodas, ou mesmo a simples, porém exuberante, contemplação de paisagens.

No que se refere às opções fora da capital, pode-se citar as potencialidades do sul do estado, acrescentando como opção a prática da pesca esportiva, dos acampamentos ao ar livre e, das hospedagens em *hotéis de selva*, a exemplo do que ocorre na extensão do território amazônico, destacando nesse setor, os municípios da extensão do chamado *baixo rio Branco*, região mais próxima da fronteira com o estado do Amazonas.

Continuando a pautar algumas das potencialidades do Turismo de Aventura do estado, citamos a Ilha de Maracá, situada no município de Alto Alegre, a 100 (cem) km da capital, representando uma paisagem de transição entre a selva amazônica e o cerrado roraimense. Embora a ilha tenha sido transformada em Estação Ecológica, limitando, portanto, o acesso a ela, ilha pode ser visitada para fins acadêmicos e técnicos, contando com infraestrutura para tal.

Outro ponto turístico de potencial valor de exploração de atividades de Turismo de Aventura no estado é o lago do Caracaranã, situado no município de Normandia, próximo à fronteira com a Guiana. Sua paisagem exuberante conta com um lago, de pouco menos de 6 (seis) km de perímetro, de águas lícidas, circundado por cajueiros naturais e areia fina é um grande atrativo do estado.

No município de Bonfim, existem as ruínas do Forte São Joaquim, monumento erguido, no ano de 1775, para garantir domínio territorial por parte de Coroa Portuguesa, e

hoje, representa um atrativo do Turismo de Aventura de Roraima, uma vez que para alcançá-lo é preciso passar por trilhas ou por viagem em embarcação fluvial.

No município de Pacaraima está situado o maior monumento monolítico do mundo, a colossal Pedra Pintada, com seus 60 (sessenta) metros de diâmetro, aproximadamente, e 35 (trinta e cinco) metros de altura. Suas pinturas rupestres, seus hieróglifos, petróglifos e ideogramas também atraem turistas em busca de conhecimentos e simbiose com a natureza.

No município de Caracaraí está situada a corredeira do Bem Querer paisagem que desponta como um dos principais destinos do Turismo de Aventura no estado, devido a sua riqueza de ecossistemas e paisagem natural, possibilitando a prática de diversas atividades relacionadas ao segmento, incluindo a pesca, o camping e rafting.

Localizada a 60 (sessenta) km da capital do estado, no município de Cantá, está situada a Serra Grande, outra opção de destino aos que buscam aventura em meio à natureza. Com seus 850 (oitocentos e cinquenta) metros de altura, a serra oferece a prática de atividades como montanhismo, escalada, trilhas, camping, cachoeirismo, passeio de barcos, entre outras, caracterizando forte atrativo turístico aos amantes da natureza.

Situado no município de Caracaraí, existe o Parque Nacional de Viruá, de fácil acesso por rodovia, que, com suas fauna e flora ricas e protegidas, oferecem excelente destino de Turismo de Aventura em Roraima, com a prática de atividades de observação e interação, de trilhas e camping, apenas para citar algumas.

Outro importante e já bastante difundido destino do turismo de aventura em Roraima é a Serra do Tepequém. Localizada no município de Amajari, o atrativo reúne boas condições de estadia e visitação, como um clima ameno, estrutura para hospedagem, restaurantes e acesso pavimentado à sede da vila de moradores, no topo da serra. No que se refere às atividades que podem ser desenvolvidas na localidade, destacam-se cachoeirismo, caminhadas em trilhas, escalada, tirolesa, entre outras.

Diante do exposto, é perceptível que o estado de Roraima apresenta grande potencial para a exploração de atividades de Turismo de Aventura, já se caracterizando como um importante cenário para tal, dentro do contexto nacional. Para tanto, é indiscutível que quanto mais preparado estiver o setor dentro do estado tanto mais estará fortalecido, o que possibilitará o aumento ordenado de tal exploração, gerando lucros e consequências positivas no cenário local, a exemplo do que é, contemporaneamente, tendência nacional e mundial.

1.2 COMPORTAMENTO PREVENCONISTA E TURISMO

Cada vez mais visitantes e/ou turista buscam atividades de estreitamento com a natureza, seja para interagir com o meio ambiente natural, conhecer realidades distintas, superar desafios ou, simplesmente, contemplar paisagens deslumbrantes e intocáveis. Portanto, atividades como montanhismo, escalada, arborismo, trilhas, visitação de cachoeiras e prática de camping, são apenas alguns poucos exemplos de práticas que ganharam adeptos exponencialmente. Com isso, o número de riscos, sejam eles propiciados pelo próprio ambiente natural ou relacionados diretamente com a atividade humana, potencializaram-se com a prática de atividades de Turismo de Aventura. Relacionado a isso, conforme Gualtieri *et al* (2008, *apud* Kaneshiro; Koga; Pisciotta, 2013, p. 715) o risco toma lugar de destaque, uma vez que ele é intrínseco a qualquer atividade humana, sendo necessário minimizá-lo e mitigá-lo.

O aumento do número de turistas de aventura, conseqüentemente amplia o leque de potenciais acidentes relacionados com a prática das atividades inerentes. É nesse sentido, que Kaneshiro; Koga; Pisciotta (2013, p. 714) apontam que o monitoramento de riscos e avaliação contínua da segurança, em locais de Turismo de Aventura, devem ser prioridades.

Conforme já foi pontuado em capítulos anteriores, a exploração da prática de atividades relacionadas ao Turismo de Aventura é uma forte e crescente tendência mundial, sentida claramente em nosso país e com grandes potenciais em nosso estado, tornando-se importante, portanto ressaltar, conforme López-Richard (2007 *apud* Kaneshiro; Koga; Pisciotta 2013, p. 719) que o “risco e a motivação, nesse tipo de experiência, estão também estreitamente ligados”, referindo-se ao Turismo de Aventura e aos fatores que levam seus adeptos à prática desse tipo de atividade, mas frisando também, ainda em consonância com as autoras supracitadas, que se deve buscar o equilíbrio, com o controle de riscos e segurança, quando na comercialização de tais práticas, de modo que as atividades não se tornem demasiadamente perigosas.

Torna-se, assim, mister, que a prática de tais atividades deva ser pautada, sobretudo, em critérios de controle de riscos e segurança, uma vez que a prevenção da ocorrência de acidentes e incidentes denota, também, alto padrão de qualidade e comprometimento com o segmento e seus envolvidos, conforme pontuado por Brasil (s/a), quando se refere ao turismo rural, uma outra faceta do Turismo de Aventura “a ausência de ações de prevenção também prejudica o País no que se refere ao potencial de crescimento dessa indústria, que está em franco crescimento, a taxas substancialmente superiores à dos demais destinos turísticos.”

No que tange ao sentimento de prevenção e proteção torna-se difícil pontuar quando tal sentimento iniciou-se enquanto preocupação humana, todavia, de acordo com Brasil (s/a), muito provavelmente essa deva ser uma preocupação primitiva, advinda desde o extinto de sobrevivência do homem primitivo. Ainda de acordo com o autor supracitado, a preocupação com a saúde e segurança no trabalho é remontada aos séculos XVI, XIX e XX, na Europa.

Relacionado a tal preocupação ligada às atividades turísticas não há como negar que seja algo muito mais recente, pensada há pouco tempo, no entanto já merecedora de muita dedicação, conforme fica evidenciado em Brasil (s/a) “O conceito de prevenção e segurança no turismo é inovador, entretanto queremos (...) que esse conceito seja disseminado e adotado pelos empreendimentos turísticos.”

Esse posicionamento, de pensar e planejar segurança dentro das atividades turísticas caracteriza-se como uma postura não apenas prevencionista, mas também uma maneira de fomentar a realização das atividades. No entanto, se, de maneira contrária, há a displicência com o fator segurança e ocorre um acidente, a atividade ou o promotor dessa atividade podem prejudicados com a repercussão de tal acidente, “quando um acidente fatal acontece e a mídia o expõe, ocorre uma onda de comentários, sugestões, denúncias e até esvaziamento de clientes assustados com o fato de que a ocorrência poderia ter sido com eles.” (BRASIL, s/a).

Na realidade, nas palavras de Brasil (s/a), o que de mais importante deve ser guardado de um acidente é seu caráter educativo, devendo significar um importante marco nas condutas a serem adotadas posteriormente, não apenas pelos diretamente envolvidos no ocorrido, mas também por todos os demais prestadores e consumidores dos serviços de turismo.

É nesse sentido que Brasil (s/a) traz a disseminação do pensar segurança, voltado às atividades do turismo pautado em uma tríplice de princípios basilares: (1) Princípio Tecnológico, (2) Princípio da Atitude e, (3) Princípio Comportamental.

O princípio tecnológico é o que o autor chama de *conhecer segurança*, e está estreitamente relacionado ao planejamento, aprendizado e gestão da segurança. Em suas palavras “entendendo Segurança como um objetivo a ser alcançado pela organização, a sua gestão pode ser definida como o planejamento, programação e controle de uma série de tarefas integradas para atingir esse objetivo.” (BRASIL, s/a).

O princípio da atitude, por sua vez, está relacionado ao *pensar segurança* tornando-a um comprometimento global dos envolvidos nas atividades, e um melhoramento e monitoramento contínuos.

Por último, o princípio comportamental que é o *fazer segurança* representando:

(...) a mudança de um estilo de vida incorporando segurança em todos os momentos dentro e fora do ambiente de trabalho. O comportamento individual de cada membro da organização transforma-se em multiplicador do ideal da segurança. (BRASIL, s/a).

Como características dos serviços turísticos que podem ser trabalhados com maior fator de segurança, podemos citar as estruturas de hospitalidade/hospedagem, ambientes internos e externos de recepção do público e prática de atividades, guarda-corpos e sacadas (quando houver), os sistemas de combate e prevenção a incêndio e pânico, os sistemas de aquecimento, os elevadores, a acessibilidade, o controle do meio ambiente, o fornecimento de água, alimentação e energia elétrica, o sistema de esgoto e de descarte de resíduos sólidos.

No tocante ao incentivo do comportamento prevencionista a ser adotado pelos envolvidos, de maneira geral, com o Turismo de Aventura, o Governo Federal em parceria com o SEBRAE Nacional, lançou, em 2006, o Programa Aventura Segura, executado pela Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura, que se dedica a qualificar as empresas de ecoturismo e Turismo de Aventura em nosso país. O que, de acordo com Forni; Bueno (2013) veio somar junto aos usuários do Turismo de Aventura, uma vez que as empresas cadastradas ao Programa são auditadas e recebem um certificado, confiando-lhes maior credibilidade por parte dos adeptos de atividades de Turismo de Aventura. Ainda em conformidade com dados dos autores supracitados, o resultado de tal ação foi que, até o final do ano de 2013, esperava-se que mais de 130 (cento e trinta) empresas empreendedoras do ecoturismo e Turismo de Aventura se cadastrassem junto ao Programa Aventura Segura e passassem por sua auditoria adquirindo seus certificados.

Evidencia-se que, no concernente à postura prevencionista dentro das atividades turísticas é uma tendência de eminente expansão no mercado, podendo ser pensada e planejada em distintos seguimentos, incluindo, e se desenvolvendo principalmente, no Turismo de Aventura, em virtude de suas características.

É possível inferir que, todavia a preocupação quanto à segurança na realização de atividades relacionadas ao Turismo de Aventura seja uma demanda jovial, já se mostra uma tendência fortalecida e incentivada por vários setores do segmento. Em que pese, não ser possível eliminar todos os riscos inerentes à prática de tais atividades, deve-se buscar, sobretudo, sua prática responsável.

1.3 ASPECTOS LEGAIS

Uma forma encontrada para trabalhar uma postura prevencionista dentro das atividades turísticas é o processo de normalização com regras, procedimentos, normas e leis de caráter geral que devem ser observados e adotados, tanto pelos prestadores quanto pelos usuários. É a existência de algumas dessas normalizações que será debatida a seguir.

No que tange às normalizações relacionadas ao Turismo de Aventura, o Brasil é considerado um modelo a ser seguido, conforme Forni; Bueno (2013). Ainda em consonância com os autores citados, um reflexo dessa normalização são os preceitos trazidos na vigente Constituição Federal do país, que se reflete na Lei Geral do Turismo, lei nº 11.771/2008, e no Decreto que a regulamentou, o Decreto nº 7.381/2010, que contempla o Turismo de Aventura em seu artigo 34.

Contudo, os crescentes números de investimento, de adeptos e de normalizações não significam que as empresas prestadoras de serviços de Turismo de Aventura no Brasil estejam preparadas para recepcionar tanta demanda, uma vez que, de acordo com Forni; Bueno (2013) os padrões de qualidade e infraestrutura não acompanharam o crescimento de tal setor turístico. O que significa que o Turismo de Aventura ainda e sua prática são campos que merecem atenção e estudos, seja pela complexidade das atividades proporcionadas seja pelo crescimento exponencial da demanda.

1.3.1 Associação Brasileira de Normas Técnicas

Coerentemente ao advento da prática de atividades turísticas voltadas ao contato com a natureza, cresce a oferta de produtos diferenciados para esse segmento, uma vez que “uma natureza exuberante e um ambiente familiar não são mais suficientes para atrair o turista, exigindo que o diferencial seja o de qualidade do serviço prestado.” (BRASIL, s/a).

Foi nesse tocante de melhoramento da qualidade dos serviços prestados que o Ministério do Turismo identificou a necessidade de capacitar e certificar o corpo de fornecedores de produtos de turismo da natureza e, uma importante parceira nesse contexto é a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT.

Assim, o autor descreve a Associação com as seguintes características:

Fundada em 1940, a ABNT é uma entidade privada, sem fins lucrativos, e é o órgão responsável pela **normalização técnica no país**. Sua principal característica é de

que as **normas são elaboradas de forma voluntária, por consenso de representantes de consumidores, representantes de fornecedores e de representantes neutros** abrangendo a sociedade como um todo. (**Grifos nossos.** BRASIL, s/a).

“Conceitualmente a normalização estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem em um dado contexto.” (BRASIL, s/a).

Desta feita, a Associação Brasileira de Normas Técnicas torna-se importante aliada na busca do pensar e planejar segurança na prática de atividades de turismo voltadas para a natureza, e que além do mais, a Associação conta com uma estrutura já consolidada o que permite que trabalhe com “padrões e processos pré-estabelecidos facilitando sua elaboração, oferecendo soluções e criando parâmetros aceitos internacionalmente.” (BRASIL, s/a).

É nessa contextualização de normalizações vindas da Associação Brasileira de Normas Técnicas que são desenvolvidas e publicadas distintas Normas Técnicas voltadas à prática segura das atividades do Turismo de Aventura, de maneira transversal, devendo ser adotada como caráter geral, como também de maneira específica para cada atividade. A citar alguns exemplos:

- ABNT NBR 15285 – Turismo de Aventura – Condutores – Competência de pessoal – Publicada em 31 de outubro de 2005.
- ABNT NBR 15286 – Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares clientes – Publicada em 31 de outubro de 2005.
- ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos – Publicada em 30 de dezembro de 2005.
- ABNT NBR 15334 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos de competência para auditores – Publicada em 30 de abril de 2006.
- ABNT NBR 15370 – Turismo de Aventura – Condutores de rafting – Competência de pessoal – Publicada em 31 de maio de 2006.
- ABNT NBR 15383 – Turismo de Aventura – Condutores de turismo fora-de-estrada em veículo 4x4 ou bugues – Competência de pessoal – Publicada em 24 de julho de 2006.
- ABNT NBR 15397 – Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e escalada – Competência de pessoal – Publicada em 25 de setembro de 2006.

- ABNT NBR 15398 – Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso – Competência de pessoal – Publicada em 25 de setembro de 2006.
- ABNT NBR 15399 – Turismo de Aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competência de pessoal – Publicada em 30 de outubro de 2006.
- ABNT NBR 15400 – Turismo de Aventura – Condutores de canionismo e cachoeirismo – Competência de pessoal – Publicada em 11 de dezembro de 2006.
- ABNT NBR 15453 – Turismo de Aventura – Turismo fora de estrada em veículo 4x4 ou bugue – Requisitos para produto – Publicada em 29 de dezembro de 2006.
- ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura – Terminologia – Publicada em 10 de setembro de 2007.
- ABNT NBR 15503 – Turismo de Aventura – Espeleoturismo de aventura – Requisitos para produto – Publicada em 16 de junho de 2008.

As Normas Técnicas consideradas transversais e, portanto, devendo ser observadas em generalidade para a prestação de serviços de turismo de aventura, são a ABNT NBR 15285 – Turismo de Aventura – Condutores – Competência de pessoal; a ABNT NBR 15286 – Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares a clientes; e a ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos. Esta última será base de análise posterior.

As Normas Técnicas são desenvolvidas por Comissão de Estudo Técnico, da ABNT, formada por especialistas dos diversos setores, cuja participação é aberta aos interessados, para garantir lisura e ampla divulgação e participação. Assim, as Normas Técnicas relacionadas ao Turismo de Aventura, publicadas até o momento, por exemplo, foram elaboradas com um grande número de profissionais do ramo e, ainda contou com um processo de consulta pública via internet, garantindo ampla participação e transparência.

1.3.2 Competência Legal do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima

No que se refere à competência legal do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, a principal legislação vigente no estado que atrela as atividades de Turismo de Aventura à

Corporação é a Lei nº 825 de 24 de novembro de 2011, que dispõe sobre a prática do Turismo de Aventura no estado de Roraima e dá outras providências.

A citada Lei demarca, já em seu artigo 1º, a obrigação de observância de tal dispositivo para a promoção das atividades de Turismo de Aventura do âmbito do estado, já delimitando, inclusive, seu entendimento quanto às características de tais atividades: “Parágrafo único: para fins desta Lei, considera-se turismo de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.” (RORAIMA, 2011, p.1).

No entanto, o que de maior interesse apresenta-se nessa legislação, é o que está pontuado em seu artigo 3º que trata dos “requisitos para promoção do Turismo de Aventura, nos termos da legislação em vigor.” (RORAIMA, 2011, p.1), que atribui à Corporação Bombeiro Militar do Estado pelo menos 5 (cinco) competências referentes a fiscalização, credenciamento e treinamento, das atividades, equipamentos e recursos humanos adotados nas práticas do Turismo de Aventura em Roraima. A saber:

- I- autorização do *Corpo de Bombeiros Militar* para a realização da atividade;
(...)
- III- responsabilização técnica de profissional e monitores habilitados pela atividade, devidamente credenciados pelo *Corpo de Bombeiros Militar*;
- IV- os equipamentos utilizados na prática de turismo de aventura, conjuntamente com seus certificados de qualidade, bem como, as técnicas adequadas à atividade, devem ser verificados e aferidos pelo *Corpo de Bombeiros* e IPEM;
- V- inspeção de atividades de turismo de aventura a serem realizadas, anualmente, nos locais da prática da atividade pelo *Corpo de Bombeiros* e o órgão oficial de turismo do Estado;
(...)
- VII- as empresas credenciadas a operarem na atividade de turismo de aventura deverão ter equipamentos mínimos para resgate de vítimas, em caso de acidente, dependendo da atividade de turismo de aventura a ser desempenhada, indicados e aferidos pelo *Corpo de Bombeiros*;
- (...) (*Grifos nossos*. RORAIMA, 2011, p.1).

Além de toda citação direta feita como atribuições à Corporação Bombeiro Militar, a legislação em debate ainda apresenta dispositivos que obrigam a requalificação de profissionais, pela entidade credenciadora, que pode ser o Corpo de Bombeiros, conforme citado anteriormente.

Há também, em seu artigo 5º, a citação novamente ao Corpo de Bombeiros Militar como expedidor de licenciamento específico para prática de atividades de Turismo de Aventura, nos termos:

Art 5º As agências de turismo que operem com turismo de aventura deverão obter *licenciamento específico* para o exercício da atividade, nos termos desta Lei e de seu regulamento, expedidos pelo *Corpo de Bombeiros Militar* e pelo órgão oficial de turismo do Estado, mediante análise do projeto do empreendimento e/ou da atividade de turismo de aventura a ser desenvolvida. (*Grifos nossos*. RORAIMA, 2011, p.1).

Já finalizando o texto legal, há em seu artigo 6º a preocupação em fazer com que sejam observadas as Normas Técnicas específicas do segmento de Turismo de Aventura publicadas, pela já trabalhada em capítulo anterior deste trabalho, Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT. Aqui transcrito como “Art 6º Na prática de turismo de aventura, deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.” (RORAIMA, 2011, p.1).

Diante de todo o exposto sobre a legislação vigente no estado de Roraima acerca da prática de atividades de Turismo de Aventura, torna-se evidente a crescente preocupação do Estado com o desenvolvimento segmento, bem como, com a prática segura dessas atividades, atribuindo-se ao Corpo de Bombeiros Militar grande parte da responsabilidade técnica de segurança e prevenção na realização das atividades de turismo de aventura em nosso estado.

1.3.3 ABNT NBR 15331 – Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos.

Conforme mencionada em capítulo anterior, a Norma Técnica aqui apresentada trata-se de uma normalização transversal, ou seja, devendo ser observada por todos os prestadores e usuários dos serviços de Turismo de Aventura, e estabelece os requisitos necessários para que uma empresa ou organização do segmento tenha um Sistema de Gestão da Segurança condizente com as normalizações já estabelecidas dentro da propositura das atividades de Turismo de Aventura.

O Sistema de Gestão da Segurança tem como base a política de segurança, que definida e estabelecida pelos donos ou gestores do empreendimento é comunicada a todas as pessoas que trabalham para, ou em nome desse empreendimento, e a todos os seus clientes.

Em termos gerais o Sistema de Gestão da Segurança permite que qualquer organização, independente de seu tipo ou porte, estabeleça o contexto da gestão da segurança, utilizando as técnicas da gestão de riscos incorporadas ao processo de melhoria contínua.

Dentro dessa perspectiva, a Norma Técnica baseou-se no modelo conceitual *ciclo PDCA*, que visa “atingir objetivos planejados e a melhoria contínua do desempenho de uma organização.” (BRASIL, 2009, p. 17). Esse modelo conceitual, do inglês Plan, Do, Check, Action, traduzido ao português como Planejar, Fazer, Verificar e Agir corretivamente, permite uma gestão contínua do sistema e identificação e correção das falhas ou pontos vulneráveis, e será esmiuçado posteriormente.

Antes de iniciar a demonstração e análise da Norma Técnica, é interessante pontuar, separadamente, os conceitos utilizados contemporaneamente do que sejam *sistema, gestão e segurança*.

“Um sistema é um conjunto de elementos organizados e inter-relacionados que possuem uma função conjunta específica. Cada elemento está geralmente relacionado a outro e terá sempre sua importância para o funcionamento do sistema de forma geral.” (BRASIL, 2009, p. 21).

“Gestão é o ato de administrar recursos e atividades com o objetivo de se alcançar um resultado pretendido.” (BRASIL, 2009, p. 21)

“Segurança é a ausência de riscos inaceitáveis. Não é, entretanto, a ausência de todos os riscos, mas, sim, daqueles que se consideram inaceitáveis na sua operação.” (BRASIL, 2009, p. 21).

Desta feita, ainda que já seja possível fixar pensamentos sobre o que seja a proposta da Norma Técnica em questão, mostra-se, todavia, interessante que alguns outros conceitos sejam elucidados para melhor compreensão do que seja, dentro dos conceitos atuais, um Sistema de Gestão da Segurança. Portanto, de acordo com Brasil (2009, p. 23) “Gestão de Riscos é a atividade de avaliar contínua e sistematicamente os riscos envolvidos numa atividade e tratá-los de maneira que se mantenham dentro de níveis aceitáveis.” E já de maneira mais específica, já voltando a adaptação dos conceitos para a realidade do Turismo de Aventura:

Sistema de Gestão da Segurança é um sistema destinado a assegurar que a política de uma empresa em relação à segurança, traduzida em objetivos e metas, seja atingida, de maneira sistemática e consistente, por meio de um conjunto de elementos inter-relacionados. (BRASIL, 2009, p.23)

Já iniciando a explanação acerca da Norma Técnica 15331, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que aqui será referenciada apenas como 15331, é fundamental pontuar o

que seja seu modelo conceitual *ciclo do PDCA*, pois, todo o Sistema de Gestão da Segurança proposto pela Norma é nesse modelo pautado.

Como primeiro elemento do ciclo está o *planejar*. Sua importância vital é muito bem salientada nas palavras de Brasil (2009, p. 25), em que “o planejamento é a alma do Sistema de Gestão da Segurança.”

Ainda segundo o mesmo autor, o planejamento é o primeiro passo para a construção do Sistema de Gestão da Segurança, devendo nesse momento ser feita a definição da abrangência do Sistema, ou seja, de pontuar a Política de Segurança que será trabalhada por meio do estabelecimento de metas e objetivos. E, conseqüentemente a esse momento, o planejamento torna-se também “a fase de antecipar as necessidades e as medidas necessárias para que as atividades se desenrolem de maneira segura.” (BRASIL, 2009, p. 25)

É também na fase de planejamento que se trabalha a gestão de riscos, que, de acordo com Brasil (2009) é a compreensão aprofundada das particularidades das atividades, permitindo assim identificar e avaliar os riscos, a fim de diferenciá-los e graduá-los para melhor trabalhá-los.

O elemento subsequente do ciclo é o *fazer*, demarcando a necessidade de implementar o que foi definido, ou, em outras palavras, planejado pela empresa. É nesse momento que, de acordo com Brasil (2009), devem ser pensadas e buscadas as capacitações técnicas do corpo de profissionais envolvidos na prestação das atividades do Turismo de Aventura, bem como, a previsão de medidas de suporte e de ações de emergência, englobando, portanto, “planos e procedimentos, existência de pessoal capacitado, de serviços e de recursos disponíveis.” (BRASIL, 2009, p. 27).

No tangente ao terceiro elemento do ciclo, o *verificar*, fica evidenciada a importância a avaliação contínua de todo o planejamento e implementação, como forma de busca, dos níveis aceitáveis de riscos, conforme já pontuado em explanação anterior.

Por último, o elemento *agir corretivamente* elucida as benesses de melhorias diante dos resultados encontrados, propiciando um momento de controle possível redimensionamento.

Já adentrando na explanação da Norma Técnica, propriamente dita, passamos então aos Requisitos para construção do Sistema de Gestão da Segurança.

O primeiro requisito é denominado ‘*Objetivos e campo de aplicação*’, e delinea quais objetivos e a quem se destina o Sistema de Gestão da Segurança.

O segundo requisito é ‘*Definições*’ pontuando conceitos importantes para o entendimento e realização das atividades do Sistema.

O terceiro requisito, nominado '*Requisitos gerais – escopo do Sistema de Gestão da Segurança*' é quando o prestador dos serviços de Turismo de Aventura inicia seu trabalho de definição do seu Sistema de Gestão da Segurança, demarcando quais, onde e como serão realizadas suas atividades, bem como, a análise, identificação e avaliação dos riscos inerentes, aqui sendo feita a exigência, pela 15331, de que esse escopo do Sistema seja documentado.

O quarto requisito é a '*Política de Segurança*' sendo a base de todo o processo de planejamento, devendo ficar explícita toda a preocupação que o prestador de serviços de Turismo de Aventura tem com a segurança, bem-estar, prevenção e proteção da integridade de seus usuários.

O quinto requisito, o '*Planejamento*', para melhor compreensão e trabalho, subdivide-se em aspectos que devem ser observados para que ocorra, de fato, um planejamento eficiente e atingível que trabalhe de forma direta com Gestão de riscos. De maneira resumida, a primeira parte do planejamento trabalha diretamente com a existência dos riscos inerentes. Dessa forma, primeiramente é feita a definição do contexto, que consiste na caracterização “da gestão dos riscos e produtos” e definição “de critérios para análise e avaliação dos riscos.” (BRASIL, 2009, p. 37). Em seguida é feita a identificação de perigos e riscos, análise de riscos e a avaliação de riscos, que juntos compõem o que a Norma denomina de *Inventário de Perigos e Riscos* que tem o objetivo de fazer o levantamento dos perigos inerentes às atividades propostas, bem como identificar situações que possam gerar danos a qualquer dos envolvidos. Na fase de identificação de perigos e riscos são pontuados critérios para análise e avaliação de cada risco específico; na fase de análise de riscos é elaborado o que a 15331 chama de *Controles Operacionais Existentes*, que passam a ser procedimentos e controles para diminuir as possibilidades de ocorrência de acidentes e suas consequências e; na fase de avaliação dos riscos é elaborada uma análise quantitativa dos riscos.

Por último, dentro da primeira parte do requisito de planejamento, trabalha-se com o tratamento dos riscos que “são ações que a empresa entende como necessárias para reduzir a probabilidade de ocorrência de um evento não desejado ou a consequência gerada.” (BRASIL, 2009, p.49).

Finalizada a primeira etapa do planejamento, passam a ser trabalhados os Requisitos legais e outros requisitos, momento no qual o prestador dos serviços de Turismo de Aventura deve elaborar e dispor de um arcabouço de legislações vigentes em seu segmento de prestação de serviço, bem como de qualquer outro tipo de arcabouço que venha a corroborar com a redundância de segurança, bem-estar e qualidade na prestação dos serviços.

Como etapas finais do requisito de planejamento, figuram os requisitos Objetivos e metas e Programas de Gestão da Segurança. Nesta última etapa do planejamento, os programas visam delimitar Planos de Ações, que condizentes com os objetivos e metas da empresa nortearão toda a gestão da segurança na prática das atividades propostas.

O sexto requisito é *'Implementação e Operação'*, caracterizado como o pós-planejamento, momento no qual serão colocados em prática todos os processos, ferramentas e controles que foram delimitados pelo planejamento. Aqui, suas características importantes, e que também configuram como requisitos da 15331 são recursos, estrutura e responsabilidade; competência, conscientização e treinamento; consulta e comunicação; controle operacional; e preparação e atendimento a emergências.

O sétimo requisito apresentado pela Norma é *'Verificação e ação corretiva'* que consiste no acompanhamento da fase de implementação e operação, de modo a ratificar ou redimensionar práticas, de acordo com a necessidade. Aqui também são apresentados subitens que caracterizam requisitos da 15331. São monitoramento e mensuração do desempenho; acidentes, incidentes, não-conformidades e ações corretivas e preventivas; e auditoria interna.

Como último requisito da 15331, é apresentada a *'Análise crítica pela Direção'* que nada mais é do que o acompanhamento estreito e contínuo de toda a estrutura que foi planejada e implementada, com vistas a manter a empresa sempre reta em seus objetivos e metas, principalmente no tocante à política de Segurança.

Após sucinta explanação do que é a Norma Técnica 15331, quais e como são abordados seus conteúdos, e elencados os requisitos nela previstos para a construção de um Sistema de Gestão da Segurança, na prática de atividades de Turismo de Aventura, é possível pontuar ainda as palavras de Kaneshiro; Koga; Pisciotta (2013) que arrematam confirmando que os recursos trazidos pela NBR 15331/2005 visam garantir um comportamento prevencionista que perpassa pela identificação e classificação dos riscos e leva ao controle e mitigação dos mesmos, possibilitando gerir, de fato, a segurança no tocante à realização das atividades de Turismo de Aventura.

2 OBJETIVOS

Nesta sessão serão apresentados os objetivos norteadores propostos para a realização deste trabalho.

2.1 GERAL

Analisar a importância da elaboração de Norma Técnica específica para o Sistema de Gestão da Segurança nas atividades do Turismo de Aventura, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

2.2 ESPECÍFICOS

- a. Demonstrar a expansão exponencial do Turismo de Aventura no Brasil;
- b. Apresentar o potencial do Turismo de Aventura em Roraima;
- c. Pontuar fatores relevantes na relação entre Turismo de Aventura e Segurança;
- d. Apresentar legislações, nacional e estadual, pertinentes já existentes;
- e. Apresentar Norma Técnica já existente em âmbito nacional que pode ser adotada em pelo Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

3 MATERIAL E MÉTODO

A elaboração deste trabalho deu-se, ressaltando-se a aceção do que seja um trabalho monográfico, que diante de tantos autores que abordam o tema, as definições convergem numa direção comum. “O termo monografia designa um tipo especial de trabalho científico. Considera-se monografia aquele trabalho que reduz sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado.”(SEVERINO, 2006, p. 129). Percebe-se, na conceituação anterior, íntima relação com a conceituação proposta por Marcone; Lakatos (2006, p. 151) na qual “trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia.” Mostrando-se, todavia, Marcone; Lakatos (2006) com uma conceituação mais técnica e característica, acrescentando o valor representativo e o rigor metodológico.

Nesse contexto, Faria; Cunha; Felipe (2008, p. 14) sintetizam o pensamento expondo que “a monografia é a forma de representação escolhida para expressar os resultados da pesquisa de forma cientificamente sistematizada.”

Quanto às características da monografia, Marcone; Lakatos (2006, p. 151) são categóricas quando pontuam que:

A característica essencial não é a extensão, como querem alguns autores, mas o caráter do trabalho (tratamento de um tema delimitado) e atualidade da tarefa, isto é, o nível da pesquisa, que está intimamente ligado aos objetivos propostos para sua elaboração.

Posicionamento, este, que é corroborado por Severino (2006, p.129), que literalmente expressa que “(...) O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou valor didático.” Demarcando, dessa forma, quais requisitos devem ser observados quando na elaboração de uma monografia e suas relevâncias para o conhecimento técnico e científico.

3.1 A PESQUISA

Para estruturar a elaboração da pesquisa deste trabalho, usou-se a conceituação apresentada por Gonçalves (2005) na qual a pesquisa pode ser classificada conforme seu *gênero, natureza, objetivos, procedimentos e objeto*.

3.1.1 Gênero da Pesquisa

No concernente ao gênero da pesquisa aqui desenvolvida adotou-se o conceituado por Rey (1978 **apud** Gonçalves 2005, p. 56) classificando-a como Trabalho Teórico, “de análise ou síntese de conhecimento (...) por via indutiva ou dedutiva, apresentação de hipóteses, teorias, etc.”

3.1.2 Natureza da Pesquisa

Constitui-se de um resumo de assuntos preexistentes.

3.1.3 Objetivos da Pesquisa

Sob o prisma da consonância com os objetivos apresentados, a metodologia guiou a pesquisa sob o aspecto Exploratório do estudo apresentado, uma vez que a proposta é que exista a familiarização com um tema já existente, conforme entendimento de Farias; Cunha; Felipe (2008), e reformulação e apresentação de novos conceitos e discussões.

3.1.4 Procedimentos e Objeto da pesquisa

Neste tocante, o procedimento adotado foi a Pesquisa de fontes, em detrimento Do procedimento de pesquisa de campo. E, quanto ao objeto, a pesquisa adotada foi a Bibliográfica, caracterizada por Gonçalves (2005) como a que se vale de fontes secundárias e técnicas, tendo como finalidade fazer um levantamento do conhecimento técnico existente acerca do conteúdo proposto, para revisá-lo e apresentar novos conceitos e discussões.

3.2 MÉTODO

Quanto à determinação do método de pesquisa, pautou-se no direcionamento proposto por Faria; Cunha; Felipe (2008) de que a escolha do método é artifício para subsidiar a descrição e etapas utilizadas e seguidas para possibilitar a coleta de dados. Corroborado pela

acepção de Gonçalves (2005, p.34) na qual a autora aponta que “os métodos científicos assumem papéis primordiais na pesquisa científica, servindo para direcioná-la no sentido da identificação dos caminhos a serem seguidos para o alcance dos objetivos almejados.”

3.2.1 Método de Abordagem

O método de abordagem utilizado para elaboração deste trabalho é o que Gonçalves (2005) classifica como Método Indutivo Científico, no qual é possível obter-se leis que possam explicar a realidade, partindo da observação de casos específicos, ou seja, “de premissas particulares, conclui por uma geral.” (GONÇALVES, 2005, p. 36).

Tal método, quando aplicado à pesquisa científica caracteriza-se por:

Não deriva de seus elementos inferiores, enumerados ou provados pela experiência, mas por permitir induzir, de alguns casos adequadamente observados (sob circunstâncias diferentes, sob vários pontos, etc.), e às vezes de uma observação, aquilo que se pode dizer (afirmar ou negar) dos restantes elementos da mesma categoria. (GONÇALVES, 2005, p. 38).

3.2.2 Método de Procedimento

O método de procedimento adotado foi o Método Monográfico cuja definição é trabalhada por Gonçalves (2005, p. 43) nos termos de “executar um estudo aprofundado e exaustivo sobre determinado assunto, buscando sua generalização.”

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme explanado em capítulos anteriores, o turismo é um aspecto exploratório de exponencial crescimento no mercado de serviços nacional. Dentre seus diversos segmentos, um que se destaca positivamente, seja pela demanda, seja pelo perceptível desenvolvimento, e outras características, é o setor do Turismo de Aventura. Conforme:

Hoje, os turistas buscam novas experiências aliadas ao contato com a natureza. Com essa busca, houve um crescimento da oferta de novos produtos de turismo. Diante disso e considerando o aumento da demanda nacional e internacional por tais experiências, o Ministério do Turismo considera o segmento de Turismo de Aventura como prioritário para investimentos em organização e estruturação. (BRASIL, 2010, p. 11)

É nesse contexto, de amplo investimento e divulgação do Turismo de Aventura, que as preocupações com estruturas, sejam físicas ou técnicas, de pessoal ou de equipamentos, de conceituações e normalizações, repercutem no cenário nacional com grande ênfase.

Um dos primeiros obstáculos a ser superado no tangente à estruturação teórica, é quanto a conceituação do segmento. Embora Brasil (2010, p. 14) tenha apresentado um conceito fixo e de fácil assimilação, delimitando que “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”, vale ressaltar que esse conceito, todavia, não é amplamente disseminado em discussões acadêmicas acerca do tema, que pode, sim, ser uma tendência, mas que, ainda não alcançou amplitude, caracterizando-se tão somente como uma facilitação didática, por enquanto.

Em contrapartida, o entendimento que se tem, e que foi abordado em capítulo anterior desta monografia, de que Turismo de Aventura e Ecoturismo representam, não uma confusão de acepções, mas sim, uma simbiose de práticas e entendimentos, é o que ainda atrai as abordagens acadêmicas e se mostra muito aceita entre os que se propõem a pesquisar o tema.

Acrescenta-se a isso, que a proposta desta pesquisa é demarcar a importância de proporcionar, por meio da elaboração de Norma Técnica específica pelo Corpo de Bombeiros, maior segurança para a prática de atividades turísticas relacionadas ou desenvolvidas em ambiente de aventura e/ou natureza, assim, torna-se interessante, para manter uma abordagem de segurança mais abrangente, que quanto mais próximos forem os entendimentos de Turismo de Aventura e Ecoturismo tanto mais será possível englobar um número maior de atividades e

situações, aqui pontuando que é o foco primordial não é a conceituação, e possível distinção entre os segmentos, mas proporcionar um arcabouço técnico de segurança para a maior abrangência possível de usuários/turistas. No entanto, para facilitar o processo de assimilação de conteúdos, neste trabalho optou-se por se referir apenas ao entendimento de Turismo de Aventura, conforme pontuado ao final do primeiro capítulo.

Nesse contexto, de Turismo de Aventura, é indiscutível que o estado de Roraima apresenta grandes potenciais de exploração. Apenas para exemplificar, Arantes *et al* (2013, p. 99) concluiu, ao final de suas pesquisas, que a Serra do Tepequém, por exemplo, no município de Amajari, tem grande potencial para o Turismo de Aventura:

A tiroleza, o cicloturismo, o *trekking*, a observação de pássaros, a realização de estudos no meio ambiente, a cavalganda que é uma atividade plenamente viável de se inserir face à paisagem e peculiaridade do terreno. Enfim, todos esses produtos podem ser organizados e gerenciados de tal modo que possibilitem trazer significativos benefícios à região, como indução a pequenos negócios locais, geração de emprego no interior, melhoria na infraestrutura e a preservação do patrimônio natural e cultural do lugar.

Embora tenha sido possível elencar um capítulo com os potenciais do Turismo de Aventura em Roraima, é imperioso que exista maior dedicação ao segmento, tanto em campo acadêmico quanto técnico, como muito bem pontuado por Fernandes; Senhoras (2010, p. 704) “sem esquecer a necessidade imperiosa de se realizar um inventário turístico completo”, e a partir de então poder pontuar quais atividades se desenvolveriam e sob quais demandas.

Em que pese não ser possível observar esse tipo de trabalho de normalização em outros Corpos de Bombeiros pelo país, vale ressaltar que demarcaria, para a Corporação Bombeiro Militar de Roraima, um entendimento de vanguarda e um salto nas iniciativas de prevenção e mitigação de acidentes.

No que se refere ao fator segurança atrelado às práticas turísticas, essa é uma tendência tão exponencial quanto a expansão da prática das atividades de Turismo de Aventura. Nesse tocante a ABNT NBR 15331, já explanada em capítulo oportuno deste, fixa os requisitos necessários para a construção do Sistema de Gestão da Segurança voltado para as atividades do segmento turístico em debate, e nessa perspectiva, torna-se possível trabalhar a elaboração de Norma Técnica específica para o segmento, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, já que além do arcabouço técnico já existir e estar implementado em âmbito nacional – a ABNT NBR 15331 – também há a previsão legal, repassada pela Lei Estadual 825/2011, a qual define, clara e categoricamente, competências do Corpo de Bombeiros

Militar de Roraima acerca da fiscalização, credenciamento, treinamento e acompanhamento do desenvolvimento da prática de atividades específicas do Turismo de Aventura.

Alguns estados da Federação, a exemplo o Paraná, com sua Lei 17.052/2012, que dispõe sobre a prática de esporte de aventura no estado; também o estado de Minas Gerais, com a Lei 16.686/2007, que dispõe sobre a prática de esporte de aventura no estado, já buscaram implementar legislações concernentes, e pontuaram a seus respectivos Corpos de Bombeiros como parte do corpo de órgãos estaduais competentes para normalizar o tema. Contudo, as legislações dos citados estados geraram discussões entre os órgãos competentes e a comunidade praticante das atividades de aventura, uma vez que, a primeira vista, pareceu-lhes que a legislação era genérica demais e iria burocratizar o desenvolvimento das práticas, no entanto, é preciso pensar e viver segurança principalmente no tangente ao desenvolvimento de atividades que envolvam riscos controlados, como é o caso do Turismo de Aventura.

As legislações, de fato, são genéricas e abrangentes, é uma característica, a exemplo da nossa Lei Estadual 825/2011, e é essa a oportunidade de apresentar Normas Técnicas mais específicas e pontuais, a exemplo do que já ocorre em com as normalizações apresentadas pelos Corpos de Bombeiros.

Embora as tendências de legislação e normalização da prática de atividades de Turismo de Aventura sejam significativas, não se tem conhecimento, ainda, de que alguma Corporação Bombeiro Militar tenha publicado Norma Técnica normalizando o tema, ainda que já existam competências e desejos para tal. O que pode significar uma postura vanguardista para a Corporação que o fizer.

Em nosso Estado, nossa Corporação Bombeiro Militar tem a competência legal, outorgada por lei estadual já vigente, tem o arcabouço técnico necessário, a ABNT NBR 15331, e tem a realidade de expansão das atividades de Turismo de Aventura.

A ABNT NBR 15331 fixa requisitos para a construção do Sistema de Gestão da Segurança, na prática de atividades do Turismo de Aventura, mostrando que mais que pensar segurança, é preciso gerir segurança. O que significa incorporar segurança à prática das atividades de Turismo de Aventura, trabalhando, principalmente com a prevenção e a previsão de riscos e perigos, identificação e mitigação dos mesmo.

Conforme foi pontuado em capítulo anterior, não se busca a eliminação total dos riscos e potenciais nocivos inerentes às atividades do segmento trabalhado, busca-se, na realidade, o nível aceitável de riscos, e que estes sejam controlados, já que é uma característica do segmento a existência de riscos e perigos.

A intenção da normalização não é burocratizar ou dificultar a prática das atividades, o que poderia, inclusive tornar-se um entrave à expansão do setor, embora seja exigido o credenciamento e acompanhamento feito por órgãos competentes, bem como a documentação do Sistema de Gestão da Segurança. É preciso vislumbrar com olhares prevencionistas e aceitar que o planejamento é o caminho para práticas seguras.

Na medida em que a empresa adota a Gestão da Segurança como política e cultura de seu negócio, passa a sistematizar e controlar as suas atividades. Assim, incorpora práticas de gestão de riscos para promover atividades de Turismo de Aventura de forma segura e responsável.(BRASIL, 2009, p.23).

Nessa contextualização, de expansão de práticas turísticas que envolvam riscos inerentes e controlados, de comportamento prevencionista e de competências legais, o Corpo de Bombeiros Militar de Roraima ganha espaço para trabalhar de forma prevencionista, a exemplo do que já faz com outros Sistemas, e incentivar a prática segura e consciente das atividades turísticas já debatidas, além de poder normalizar e fiscalizar o setor, sempre com o intuito maior de preservar vidas humanas e patrimônio.

5 CONCLUSÕES

Ao longo das explicações efetuadas no decorrer da pesquisa, foi possível perceber que a expansão das atividades de Turismo de Aventura é uma realidade sentida e fomentada em todo o território nacional e, que se faz bastante presente em nosso contexto amazônico, devido aos potenciais naturais e de investimentos.

Também pode pontuar-se que, concomitante a tal crescimento exponencial, é advinda a necessidade da busca e implementação de práticas seguras que ofereçam riscos reduzidos e maior aproveitamento e desenvolvimento ao segmento do Turismo de Aventura e suas atividades.

Assim, valendo-se de legislações e normalizações já publicadas e vigentes, é possível fazer um trabalho proveitoso e sério, pautado em pilares como planejamento, monitoramento, redimensionamento e fiscalização, que vise sempre a oferta segura das atividades de Turismo de Aventura, maior redução e mitigação dos riscos, perigos e suas consequências, e menor necessidade de agir de forma reativa, o que pode significar economia de recursos e tempo, mas pode significar algo ainda maior, que é a preservação da vida e do patrimônio.

6 REFERÊNCIAS

ALAN HENRIQUE ROCHA PIETROCHINSKI, A., H. R.; SILVA, V., F. **Proposta de Sinalização Turística das Trilhas do Parque Estadual do Guartelá**. 2008. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Turismo, Faculdade Telêmaco Borba, Paraná, 2008.

ANDRETA *et al.* Impactos ambientais e perfil dos visitantes no Complexo da Cachoeira da Fumaça em Carrancas / MG. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 8, Nº 1, p. 57-68, 2008.

ARANTES *et al.* Potencialidades do ecoturismo na Serra do Tepequém (RR) sob múltiplos olhares. In: IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação, 04, 2013, São Paulo, **Anais...** São Paulo: Revista Brasileira de Ecoturismo, 2013. p.83-102.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo para redefinição de limites e recategorização da Reserva Florestal do Parima. Boa Vista**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Projeto de ampliação do Parque Nacional do Viruá**. Brasília, 2010. 26 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Manual de Boas Práticas: Sistema de Gestão da Segurança**. Belo Horizonte, 2009. 87 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização, e certificação em Turismo de Aventura**. Brasília, 2005. 92 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Brasília, 2010. 80 p.

ESTADO de Roraima. 06 p. Disponível em: <dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista2-mat5.pdf>. Acesso em: 29 out. 2015.

FARIA, A. C.; CUNHA, I.; FELIPE, Y. X. **Manual Prático para elaboração de Monografias**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 83 p.

FERNANDES, R. B.; SENHORAS, E. M. **Geografia do Turismo e Tepequém diante das redes internacionais de Ecoturismo**. *Textos&Debates*, Boa Vista, n. 18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

FORNI, R. R.; BUENO, C. Uso da Norma Técnica 15331 para o Turismo de Aventura e Ecoturismo na atividade de Guiamento em área de montanha In: II CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS/I COLÓQUIO BRASILEIRO DA RED LATINO AMERICANA DE SENDERISMO, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Sirius-Rede de Bibliotec., 2013. p. 838-849.

GHEDIN, L. M. et al. **Sinalização Turística: uma proposta de uso turístico para a Serra do Tepequém.** *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, número especial, p. 1-17, jul./dez. 2011..

GONÇALVES, H. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** São Paulo: Avercamp, 2005. 135 p.

KANESHIRO, D. M.; KOGA, E. S.; PISCIOTTA K. Plano de Gerenciamento de Riscos nos Parques de São Paulo In: II CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS/I COLÓQUIO BRASILEIRO DA RED LATINO AMERICANA DE SENDERISMO, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Rede Sirius-Rede de Bibliotec., 2013. p. 713-726.

MACKERT, F. P. R. **Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis: Potencialidades e Fragilidades** In: II CONGRESSO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E MANEJO DE TRILHAS/I COLÓQUIO BRASILEIRO DA RED LATINO AMERICANA DE SENDERISMO, 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Rede Sirius-Rede de Bibliotec., 2013. p.740-757.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. 219 p.

ROMÁRIO JOSÉ FERNANDES. **Sinalização Interpretativa: subsídio para revitalização dos atrativos turísticos da comunidade tradicional da Costa da Lagoa – Florianópolis, SC.** Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/09_03_2015_13.10.56.024cd5cff0a49b5afd5d1584fe3a12a7.pdf>. Acesso em: 29 de jul. 2015.

RORAIMA. Lei n 825, de 24 de novembro de 2011. Dispõe sobre a prática do Turismo de Aventura no estado de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, Boa Vista, RR, 24 nov. 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. 327 p.

SIQUEIRA, A. E. et al. **Guia de Campo do Parque Nacional da Tijuca**, 1 ed, Rio de Janeiro, IBRAG, 2013.